

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº002/2023

Projeto de Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade concessão administrativa para realização de obras de construção, reformas, manutenção e prestação de serviços não pedagógicos em unidades educacionais do Município de Porto Alegre – RS.

Contrato Registrado SECON nº 83201/2023

Processo SEI Nº 22.0.000146723-2

Ordem de Serviço nº 27022221

Fase 3 – Licitação do Projeto

Março de 2024

Sumário

I.	INTRODUÇÃO	3
II.	AUDIÊNCIA PÚBLICA	3
III.	LISTA DE ANEXOS	6

I. INTRODUÇÃO

O presente documento destina-se a relatar a Audiência Pública realizada para o projeto de Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade Concessão Administrativa, para a realização de obras de construção, reformas, manutenção e prestação de serviços não pedagógicos a unidades educacionais do Município de Porto Alegre (RS) (“PPP Escola Bem Cuidada” ou “Projeto”).

II. AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em 13 de novembro de 2023, foi publicado, no Diário Oficial da Cidade de Porto Alegre¹, o Aviso de Audiência Pública nº 002/2023, a qual foi agendada para 27 de novembro de 2023, no formato híbrido. Presencialmente, a audiência pública da PPP Escola Bem Cuidada foi realizada no Plenário Ana Terra, da Câmara Municipal de Porto Alegre, localizada na Av. Loureiro da Silva, 255 – Centro Histórico, Porto Alegre/RS, tendo sido disponibilizado link para inscrição aos interessados que optaram por acompanhar e participar da audiência pública no formato remoto.

No dia da referida audiência pública, além de representantes da SMP, da SMED e da SP Parcerias, havia a presença de cidadãos e representantes de empresas, conforme consta da lista de presença anexa (cf. Anexo III do presente relatório). O teor das discussões ocorridas encontra-se também registrado na Ata da Audiência Pública constante do Anexo II do presente relatório.

Realizada no Plenário Ana Terra da Câmara de Vereadores do Município de Porto Alegre e transmitida pela plataforma *Zoom*, a Audiência Pública foi iniciada com a fala do Secretário Municipal da Educação de Porto Alegre, Sr. João Paulo da Rosa, o qual ressaltou a importância da preocupação dos professores e diretores da rede municipal de ensino

¹ Link de acesso à publicação do Aviso de Audiência Pública do DOPA:
https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_doc/sites/smp/13112023%20dopa_audi%C3%Aancia%20p%C3%BAblica%20escola%20bem-cuidada.pdf. Acesso em 19.Jan.2024.

com as questões voltadas ao conteúdo pedagógico e não de infraestrutura, manutenção e construção das unidades escolares.

Em seguida, o Sr. Carlos Henrique Côrrea, Analista Econômico-Financeiro de Projetos da Secretaria Municipal de Parcerias (SMP), fez um discurso de abertura, no qual informou o envolvimento de diversas áreas da Prefeitura de Porto Alegre no desenvolvimento do projeto, apresentou a São Paulo Parcerias, bem como ressaltou as funções da Audiência Pública. Além disso, o Sr. Carlos apresentou o panorama atual da situação da infraestrutura das escolas municipais de Porto Alegre e esclareceu as motivações da escolha da Municipalidade pela adoção do modelo de concessão para o endereçamento das questões de infraestrutura e de operação das escolas do Município de Porto Alegre. Por fim, discorreu sobre os principais aspectos do projeto.

Após, procedeu-se à abertura para sugestões, contribuições e comentários dos participantes, sendo destacados a seguir os principais os questionamentos levantados pelos presentes em relação à PPP Escola Bem Cuidada.

O Vereador Roberto Robaina e o Professor Cleiton, membro do CACS (Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação), alegaram haver inconsistências em relação ao planejamento técnico e econômico-financeiro da PPP, afirmando que com o valor total do contrato seria possível construir 1.000 (mil) escolas. Por sua vez, o Sr. Assis Olegário Filho, Diretor Financeiro do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA), demonstrou preocupação com a possibilidade de interferência na autonomia da direção e do Conselho Escolar. Além disso, ressaltou o papel dos professores na mediação de conflitos e na assistência aos alunos, o que, segundo ele, poderia ser prejudicado pela presença de um agente externo, principalmente em casos de riscos de segurança.

A Sra. Aline Kerber, Presidente do Conselho Municipal de Educação, pontuou que a escolha e a quantidade do mobiliário das escolas devem levar em conta as demandas pedagógicas e do cotidiano escolar, não apenas estética ou padrão, assim como questões

ambientais, devendo ainda envolver a participação das famílias e o cuidado com o espaço. Ademais, declarou que o projeto político-pedagógico de cada escola não pode ser padronizado, pois cada escola tem sua especificidade e autonomia. Questionou o cálculo do número de alunos por sala, pois, segundo ela, os dados apresentados na PPP não estariam condizentes com a realidade e com as normas vigentes. Por fim, ressaltou que o Conselho Municipal de Educação emitirá parecer sobre a PPP, observando as questões legais e os critérios educacionais.

A Sra. Cindi Regina Sandri, professora e Diretora Geral do SIMPA, questionou a existência da figura do Verificador Independente, buscando entender qual entidade fará esse papel, como será contratada e remunerada e qual sua relação com as partes contratuais.

Durante a audiência pública, também foram encaminhadas dúvidas e sugestões pelos participantes por meio do chat da plataforma online na qual estava sendo transmitida a sessão.

No chat, a Sra. Sabrina Garcez expressou que mobiliários são itens pedagógicos, alegando não existir vínculo da proposta da PPP com a proposta pedagógica da Educação Infantil da Rede Municipal de Porto Alegre. Por sua vez, a Sra. Camila dos Reis questionou se terá um setor da Secretaria Municipal de Educação (SMED) de acompanhamento dos serviços de zeladoria, e se as escolas poderão ligar para este setor para resolver os problemas identificados no cotidiano das escolas.

A Sra. Cristine Fernandes Costa trouxe considerações acerca dos mobiliários (no sentido de considerar que eles não estão de acordo com o “pensar pedagógico atual”), que as crianças atendidas nas turmas de Jardim de Infância não têm previsão de turno integral, e criticou negativamente a previsão da zeladoria da futura Concessionária dispor de uma sala, uma vez que, segundo ela, não há sala nem para os professores.

A Sra. Paula Kaminski perguntou em quais regiões/comunidades ficarão as 10 novas EMEIs, e quais seriam as necessidades dessas comunidades. Além disso, perguntou se o projeto político-pedagógico estará definido a partir do edital. Por fim, a Sra. Rosele Cozza questionou como garantir que a avaliação dos professores será considerada no momento de transferir os recursos destinados ao pagamento da Concessionária.

Diante dos questionamentos, as equipes de modelagem da São Paulo Parcerias e da Secretaria Municipal de Parcerias de Porto Alegre (SMP) esclareceram que o Projeto não gerará interferências no âmbito pedagógico, de forma a não afetar o trabalho do Conselho Escolar e nem a atuação e planejamento do corpo docente.

Também foi ponderado que a contratação do Verificador Independente será realizada pelo Poder Concedente, e que a entidade poderá auxiliar o Poder Concedente na fiscalização da concessão, sendo sua atuação sempre técnica e imparcial.

Quanto à localização das novas unidades, a equipe lembrou que a localização das novas EMEIs foi definida a partir de critérios técnicos, tais como a demanda por vagas, os índices de vulnerabilidade dos bairros e conforme diretrizes dadas pela Secretaria Municipal de Educação (SMED).

Por fim, a equipe técnica assegurou que a avaliação dos professores está contemplada pelo Sistema de Mensuração de Desempenho (SMD) por meio de pesquisas de satisfação que consideram não só a opinião do corpo docente, mas também dos educandos, do corpo administrativo e do gestor da unidade educacional.


